



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1609691 - DF (2019/0321608-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : PETRONILIO BORGES DE OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU - DF043143
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau suspendeu o curso do processo e o prazo prescricional pelo período de tempo previsto no art. 109 do Código Penal, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal (fls. 109/110).

Interposto recurso em sentido estrito, pelo Ministério Público, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso para determinar a suspensão do curso do prazo prescricional e do processo, conjuntamente, até o limite do prazo da prescrição da pena máxima cominada, em obediência ao Enunciado de Súmula n. 415/STJ. O acórdão recebeu a seguinte ementa, *verbis* (fl. 152):

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ART. 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. NATUREZA DÚPLICE. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA DAS RELAÇÕES JURÍDICAS E DA ESTABILIZAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS. RECURSO PROVIDO.

1. O art. 366, do CPP, possui natureza dúplice, qual seja, de cunho processual, referente à suspensão do processo, e de cunho material, referente à suspensão do prazo prescricional.

2. Ultrapassado o período limite de suspensão do prazo prescricional, regulado pelo máximo da pena cominada (Súmula nº 415/STJ), devem voltar a correr tanto o prazo prescricional quanto o próprio processo, em respeito ao princípio da segurança das relações jurídicas e da estabilização das decisões judiciais, ressaltando-se a natureza dúplice da norma disposta no art. 366, do CPP.

3. Recurso provido.

Diante disso, a defesa interpôs recurso especial alegando violação ao art. 8º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Sustenta que o retorno da fluência do prazo prescricional com a consequente retomada do processo sem o comparecimento real do acusado ao processo é incompatível com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, uma vez que impossibilita ao acusado de ter ciência pormenorizada da acusação que lhe é imputada, dos meios adequados para a preparação da sua defesa e a possibilidade de comunicação com seu defensor para expor sua defesa.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial para reformar o acórdão impugnado, reconhecendo ofensa à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Contrarrazões às fls. 196/200.

A r. decisão agravada não admitiu o recurso especial em razão da ausência de indicação dos dispositivos tidos como violados - incidência da Súmula n. 284 do STF (fls. 207/209).

No presente agravo, a defesa impugnou o fundamento da decisão agravada (fls. 211/217).

Contraminuta à fl. 226.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e desprovimento do agravo em recurso especial (fls. 264/267).

É o relatório.

Decido.

Atendidos os requisitos de admissibilidade e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

Passo à análise do recurso especial que, no entanto, não merece conhecimento.

Isso porque, o dispositivo do tratado internacional apontado como violado não foi objeto de debate no acórdão impugnado, e não foram apresentados embargos de declaração. Carece a matéria, portanto, do adequado e indispensável prequestionamento, motivo pelo qual incidentes, por analogia, as Súmulas 282 e 356/STF. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. CONSELHO DE SENTENÇA. VOTAÇÃO. NULIDADE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF.

1. Ao suscitar a nulidade do julgamento do Tribunal do Júri por suposta imposição de argumento de autoridade pelo representante do Ministério Público, a defesa considera violado o art. 483, III, do Código de Processo Penal, cujo conteúdo normativo não guarda relação alguma com a tese construída.

2. Não se conhece do recurso especial quando suas razões não demonstrarem mínima associação com o dispositivo de lei federal tido por contrariado ou negada a sua vigência. Incidência, por analogia, da Súmula n. 284/STF.

PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO ENTRE A ACUSAÇÃO E A SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

1. A defesa alega a violação do princípio da congruência, sob o argumento de que a tese do dolo eventual não foi objeto da denúncia nem da decisão de pronúncia, mas somente surgiu por ocasião do julgamento plenário do Tribunal do Júri.

2. Inviável a análise do tema no âmbito do recurso especial, porquanto não foi objeto de discussão prévia pela instância ordinária.

3. O prequestionamento é requisito imprescindível ao conhecimento da pretensão recursal por esta Corte Superior, inclusive quando a irresignação se fundamentar em matéria de ordem pública, sob pena de indevida supressão de instância. Incidência, por analogia, das Súmulas ns. 282 e 356/STF.

DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. QUESITAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA.

1. Verifica-se nos autos que, consoante afirmado pela instância ordinária, a quesitação aos jurados obedeceu às disposições legais, uma vez que elaborada com redação clara e compreensível acerca da tese sustentada pela defesa com o propósito de obter a desclassificação da conduta imputada ao réu, não havendo se falar em nulidade ou contrariedade ao art. 482 do CPP.

DETRAÇÃO PENAL. PRISÃO CAUTELAR. REGIME PRISIONAL.

1. Constatada a ausência de informação segura sobre o tempo em que o condenado permaneceu cautelarmente preso, caberá ao Juízo da execução aplicar a regra do art. 387, § 2º, do CPP.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no AREsp 1449193/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DO ART 273, §1º-B, I E V, DO CÓDIGO PENAL. PRECEITO SECUNDÁRIO DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006 FIXADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MINORANTE DO ART. 33, § 4º, DA REFERIDA LEI NÃO APLICADA PELA EXISTÊNCIA DE MAUS ANTECEDENTES. VETORIAL AFASTADA NESTA CORTE. INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. DETRAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, não é cabível, por ausência de previsão legal, a aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06 aos crimes previstos no art. 273, § 1º-B, do CP, mesmo nas hipóteses em que se tenha utilizado o preceito secundário do crime de tráfico de drogas.

2. Não analisada pelo Tribunal a quo a matéria referente à detração, carece o recurso especial do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. As alterações trazidas pela Lei n. 12.736/2012 não afastaram a competência concorrente do Juízo das Execuções para a detração, nos termos do art. 66 da Lei n. 7.210/1984, sempre que o magistrado sentenciante não houver adotado tal providência. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1716664/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 28/05/2018).

4. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1740663/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 21/06/2019).

Diante do exposto, conheço do agravo e, com fundamento no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 3.º do Código de Processo Penal, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator